

vas (*forward-looking*). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA). **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **h. Benefícios de curto prazo aos empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Receita operacional:** **Serviços:** A política da Companhia é reconhecer a receita quando entrega o produto, ou prestação de serviço, de acordo com os termos do contrato, os riscos, as vantagens significativas forem transferidas para o cliente, o valor da receita possa ser mensurado e a coleta do preço de venda for razoavelmente assegurada. As receitas de cabotagem são reconhecidas proporcionalmente à evolução das viagens, que duram entre três e quatro dias. As demais receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado. Em alguns casos a Companhia opera com seus clientes sob o regime contratual de *take or pay*, onde o cliente garante um fluxo de pagamento mínimo anualmente, dependendo de cada contrato para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada período do relatório são inferiores a quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá executar todos os serviços dentro do exercício corrente com apurações periódicas nos termos dos respectivos contratos. **j. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **k. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, ganhos com instrumentos financeiros de proteção, variação cambial ativa e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com instrumentos financeiros de proteção, despesas bancárias e variação cambial passiva. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. **6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25). • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única

transação (alterações ao CPC 32). • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06). • Revisão anual das normas IFRS 2018-2020. • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). • Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15). • Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26). • Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23).

	2021	2020
Caixa	4	3
Depósitos bancários	4.278	919
Aplicações financeiras de liquidez imediata	12.308	5.118
	<b>16.590</b>	<b>6.040</b>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) apurado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). O percentual de remuneração médio do CDI para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2021 é de 97,75% do CDI e em 31 de dezembro de 2020 foi de 85,48% do CDI. As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentados na nota explicativa 17. **8. Aplicações financeiras:** Os saldos de aplicações financeiras são referentes a depósito caução dado em operações de financiamentos de longo prazo captados pela Companhia.

	2021	2020
Certificado de depósito bancário	11.443	11.482
	<b>11.443</b>	<b>11.482</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) apurado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). O percentual de remuneração médio do CDI para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2021 é de 94,70% do CDI e em 31 de dezembro de 2020 foi de 95,44% do CDI. As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentados na nota explicativa 17. **9. Contas a receber de clientes**

	2021	2020
Mercado interno	1.142	3
Mercado interno - partes relacionadas (nota 19)	23.677	5.228
Mercado externo - partes relacionadas (nota 19)	3.925	-
	<b>28.744</b>	<b>5.231</b>

A exposição a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 17.

	2021	2020
10. Estoques	50.395	39.623
Outros	-	48
	<b>50.395</b>	<b>39.671</b>

O saldo de estoque é composto, principalmente, por peças que serão utilizadas na manutenção das barcas, empurradores e terminais portuários. Estes estoques garantem a manutenção imediata, mantendo estes ativos em condições de trabalho e garantindo a continuidade das operações. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia avaliou seus estoques e não identificou indicadores para provisão para perdas por deterioração ou obsolescência. **11. Impostos a recuperar**

	2021	2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.200	2.660
Programa de Integração Social - PIS	458	459
Outros	220	156
	<b>5.878</b>	<b>3.275</b>

**12. Imposto de renda e contribuição social: a. Ativos e passivos fiscais diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seu respectivo valor contábil.

	2021	2020
Os ativos e passivos fiscais diferidos têm a seguinte origem:		
Participação nos lucros	787	1.068
Variação cambial	41.453	36.982
Valor justo de derivativos	(623)	(326)
Ajuste da moeda funcional	7.064	6.430
Juros capitalizados	(1.101)	(1.077)
Diferença de taxa de depreciação	(54.724)	(39.075)
Prejuízos fiscais e base negativa	9.037	9.914
Outros	606	552
	<b>2.499</b>	<b>14.468</b>

**Líquido**  
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos contendo o efeito no resultado e o efeito de conversão dos períodos está demonstrado abaixo:

	1º de janeiro de 2020	Efeito no resultado	Efeito de conversão	31 de dezembro de 2020
Participação nos lucros	1.206	(483)	345	1.068
Variação cambial	10.238	23.572	3.172	36.982
Valor justo de derivativos	(505)	322	(143)	(326)
Ajuste da moeda funcional	2.805	2.789	836	6.430
Juros capitalizados	(876)	52	(253)	(1.077)
Diferença de taxa de depreciação	(21.185)	(11.657)	(6.233)	(39.075)
Prejuízos fiscais e base negativa	56.548	(62.436)	15.802	9.914
Outros	239	240	73	552
	<b>48.470</b>	<b>(47.601)</b>	<b>13.599</b>	<b>14.468</b>

	1º de janeiro de 2021	Efeito no resultado	Efeito de conversão	31 de dezembro de 2021
Participação nos lucros	1.068	(347)	66	787
Variação cambial	36.982	1.680	2.791	41.453
Valor justo de derivativos	(326)	(264)	(33)	(623)
Ajuste da moeda funcional	6.430	155	479	7.064
Juros capitalizados	(1.077)	54	(78)	(1.101)
Diferença de taxa de depreciação	(39.075)	(12.336)	(3.313)	(54.724)
Prejuízos fiscais e base negativa	9.914	(1.554)	677	9.037
Outros	552	14	40	606
	<b>14.468</b>	<b>(12.598)</b>	<b>629</b>	<b>2.499</b>

**(i) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Para os prejuízos fiscais, ativos fiscais diferidos foram reconhecidos na medida em que a Administração considera provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. Em 2020, com base em suas projeções futuras de resultados, a Companhia reverteu parte do ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais. Considerando as mudanças no cenário econômico, volatilidade do câmbio e buscando um posicionamento mais alinhado com o mercado local, a Administração readequou os preços de referência de suas tarifas de serviços. Ainda que os resultados projetados sejam menores, a Companhia será capaz de gerar caixa suficiente para garantir a continuidade de suas operações e honrar todos os compromissos com as partes interessadas do negócio.

	2021	2020
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	183.141	185.718
Efeito tributário	62.268	63.145
Ativos fiscais diferidos no balanço patrimonial	9.037	9.914
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	53.231	53.231
A Administração considerou sua capacidade de recuperação de prejuízos fiscais		